



“NOS FRÁGEIS LIMITES DA VIDA E DA MORTE”: UMA LEITURA INTERSECCIONAL DE *QUANTOS FILHOS NATALINA TEVE?* DE CONCEIÇÃO EVARISTO



"IN THE FRAGILE LIMITS OF LIFE AND DEATH": AN INTERSECTIONAL READING OF *QUANTOS FILHOS NATALINA TEVE?* BY CONCEIÇÃO EVARISTO

WELLINTON RAFAEL DE ARAÚJO GUID

JOSÉ ROSA DOS SANTOS JÚNIOR

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | OS
RECEBIDO EM 01/07/2021 • APROVADO EM 30/07/2021

Abstract

This work aims to analyze the short story "*Quantos filhos Natalina Teve?*", by Conceição Evaristo, from the perspective of intersectionality, a theme mainly worked on by black thinkers. The aim is to understand how the intersections of race/ethnicity, class and gender are articulated in the narrative in question and how such social and identity markers reveal violence and different modes of oppression that affect the black female subject in our society. To achieve such purposes, the works of Crenshaw (2002) are used, among others, who propose the concept of intersectionality; Akotirene (2019), who presents a study on the intersectional approach highlighting its functionality, importance and theoretical implications; Bourdieu (2012), who discusses male domination and symbolic violence; and Spivak (2010), when dealing with subalternity.

Resumo

Este trabalho tem como intuito analisar o conto *Quantos filhos Natalina teve?* de Conceição Evaristo, a partir da perspectiva da interseccionalidade, temática mormente trabalhada por pensadoras negras. Visa-se compreender como são articuladas as intersecções de raça/etnia, classe e gênero na narrativa em questão e como tais marcadores sociais e identitários desvelam violências e diferentes modos de opressão que acometem o sujeito feminino negro em nossa sociedade. Para atingir tais propósitos, são utilizados, entre outros, os trabalhos de Crenshaw (2002), que propõe o conceito de interseccionalidade; Akotirene (2019), que apresenta um estudo acerca da abordagem interseccional destacando sua funcionalidade, importância e imbricações teóricas; Bourdieu (2012), que discute sobre a dominação masculina e a violência simbólica; e Spivak (2010), ao tratar sobre a subalternidade.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Literatura Afro-Brasileira. Interseccionalidade. Violência de Gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Afro-Brazilian Literature. Intersectionality. Gender Violence.

Texto integral

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não é no papel que você cria, mas no seu interior,
nas vísceras e nos tecidos vivos – chamo isso de
escrita orgânica.
Glória Anzaldúa

Em protestos contra violência de gênero, frases do tipo “nem uma a menos” ou “parem de nos matar” estampam a maioria dos cartazes, que, lamentavelmente, não estão longe da realidade atual, ainda constituída de excedente opressão direcionada aos corpos femininos. No ano de 2018, segundo dados do **Atlas da violência** publicado em 2020, 4.519 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que representa uma redução na taxa de homicídios contra mulheres de 9,3%, entre 2017 e 2018. Embora os números tenham apresentado uma pequena queda, ainda não deixam de ser assustadores. Além disso, quando se observa o panorama da última década, nota-se que a situação melhorou apenas para mulheres brancas. Em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparado à das mulheres não negras (IPEA, 2020).

Os números acima expõem um triste cenário que acentua ainda mais a desigualdade social e de gênero. Todavia, grande parte desses dados não são considerados e possuem pouca divulgação midiática devido ao racismo estrutural e ao sexismo que estão enraizados em nossa sociedade e que acabam por fazer com que a maioria das pessoas naturalize a violência que é praticada, principalmente, contra as mulheres pretas e pobres. Dentre as possibilidades de análise de dados,

como os divulgados no **Atlas da violência**, que levam em consideração a interação entre marcadores sociais como raça e gênero, encontra-se a perspectiva interseccional.

“Interseccionalidade” é um termo elaborado pela professora de direito norte-americana Kimberlé Crenshaw. Em um artigo no qual discorre sobre tal conceito, a teórica elabora uma operação metafórica, por meio de uma analogia entre os eixos de poder – raça, etnia, gênero classe e outros – com avenidas que formam e entrecruzam-se as esferas sociais, econômicas e políticas. Nessas avenidas, transitam distintos modos de opressões que atingem, mormente, os indivíduos que fazem parte das minorias sociais. Por exemplo, o sujeito feminino negro pode ser acidentado na encruzilhada das vias de gênero e raça. À vista disso, existem inúmeras maneiras em que essas avenidas se encontram e interseccionam-se, criando assim fatores que deixam mais vulneráveis alguns grupos sociais. Nesse sentido, a interseccionalidade:

[...] é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Sendo assim, a abordagem interseccional, consoante Carla Akotirene (2019), tem como um de seus compromissos conceder aporte teórico-metodológico acerca da imbricação e indissociabilidade do racismo, do capitalismo e do “cisheteropatriarcado” em nossa sociedade, dado que tais estruturas produzem “avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2019, p. 14). Ou seja, trata-se de um “sistema de opressão interligado” que desvela violências e preconceitos, sobretudo, para com as mulheres negras. A autora esclarece que, antes do termo interseccionalidade ser cunhado por Kimberlé Crenshaw, algumas pensadoras negras já discutiam a perspectiva interseccional. Akotirene cita, como exemplo, o discurso da ativista dos direitos das mulheres e abolicionista norte-americana Sojourner Truth proferido em 1851 em que “a intelectual pioneiramente articula raça, classe e gênero, questionando a categoria mulher universal” (2019, p. 17).

Nesse caminho, a interseccionalidade, enquanto fundamentação teórica, embora faça parte de uma das pautas do feminismo negro, pode e deve ser usada para entender as circunstâncias que fazem com que as várias minorias sociais sejam oprimidas a partir da análise dos inúmeros marcadores sociais e identitários. Isso é importante porque “[o] letramento produzido neste campo discursivo precisa ser aprendido por lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, (LGBTQIA+), pessoas

deficientes, indígenas, religiosos do candomblé e trabalhadoras” (AKOTIRENE, 2019, p. 16).

Cumpramos observar que a interseccionalidade, muitas vezes, é erroneamente entendida como sendo um conjunto de múltiplas identidades alocadas a sujeitos excluídos socialmente. No entanto, Akotirene é enfática ao dizer que, para além disso, o conceito aponta para “como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (AKOTIRENE, 2019, p. 37), logo, não é uma mera soma de identidades, mas, sim, um meio para se discutir as implicações estruturais do racismo patriarcal-capitalista perpassado por outras estruturas. Dessa maneira, de acordo com Djamila Ribeiro, “[...] pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, porque são indissociáveis”. (2018, p. 106).

Por esse ângulo, não há como se discutir o pensamento interseccional sem levar em conta o racismo estrutural, visto que está inserido em nosso meio, demarcando violências de variados tipos contra as pessoas negras. A raça quando vinculada a outros marcadores sociais, como gênero, pode fazer com que a violência se torne ainda mais proeminente. Os altos índices de homicídios de mulheres negras, conforme apontam os dados apresentados no início do trabalho, são um exemplo dessa situação. Por conseguinte, o sujeito feminino negro situa-se no grupo mais suscetível aos atropelamentos que acontecem nas avenidas identitárias, seguindo na esteira da metáfora proposta por Crenshaw (2002), em concordância com Akotirene (2019):

A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se de experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária. É imprescindível, insisto, utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e “mulheres de cor” na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas. (AKOTIRENE, 2019, p. 29).

Nesse interim, exemplos de escritos literários que abordam questões que são inerentes às opressões interseccionais de forma consciente e que reclamam o lugar ocupado pelas mulheres negras na sociedade são os da literatura de autoria feminina afro-brasileira. Uma literatura que possui cor, posição social e gênero: negra, periférica e feminista/feminina. Logo, é sinônimo de resistência ao sistema patriarcal-machista-sexista, ao racismo, à violência e aos estereótipos alocados aos corpos negros.

Dentro desse arcabouço, uma das representantes mais singulares da literatura afro-brasileira é Maria da Conceição Evaristo de Brito. A autora é uma

importante contista, romancista e poetisa contemporânea, tendo obras traduzidas para o inglês, francês e alemão. Evaristo consagrou-se no cenário literário brasileiro por fazer reverberar em sua escrita as vozes e vivências das mulheres negras através da denúncia de uma profunda desigualdade racial no país. Nascida em 1946, na cidade de Belo Horizonte, Conceição Evaristo estreou na literatura em 1990, com a publicação de seus primeiros poemas e contos na coletânea **Cadernos Negros** e atualmente já conta com algumas obras publicadas, dentre elas **Ponciá Vivêncio** (2003) e **Insubmissas lágrimas de mulheres** (2011).

Dando ênfase a citação em epígrafe que abre a discussão aqui proposta: “Não é no papel que você cria, mas no seu interior, nas vísceras e nos tecidos vivos – chamo isso de *escrita orgânica*” (ANZALDÚA, 2000, p. 234, grifos da autora), nota-se que a pensadora feminista Glória Anzaldúa nomeia o ato de escrever em uma carta direcionada às escritoras de terceiro mundo como sendo uma “escrita orgânica”. Afere-se que essa “escrita orgânica” pode se aproximar e ganhar contornos mais visíveis quando relacionada à forma como Conceição Evaristo produz literatura, uma vez que ao representar personagens subalternas, como mulheres negras e periféricas, a autora considera o “Outro”, respeitando suas diferenças e alteridades. Isto é, tal escrita demonstra sororidade, doação de si e resistência por meio do que denomina de *escrevivência*. *Escrevivência* essa que é fruto da subjetividade da escritora, estando alicerçada por suas vivências, visão de mundo e do incômodo com a realidade que a cerca, pois “[o] ato de escrever é um ato de criar alma, é alquimia [...] busca de um eu, do centro do eu, o qual nós mulheres de cor somos levadas a pensar como “outro” – o escuro, o feminino”. (ANZALDÚA, 2000, p. 232, grifos da autora).

Vale sublinhar que *escrevivência* é um conceito cunhado pela própria Conceição Evaristo e:

[...] em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças (EVARISTO, 2020, p. 30).

Constata-se que, na maioria dos contos e romances da escritora mineira, a figura da mulher negra tem destaque em histórias demarcadas por espaços de exclusão em que a violência se faz presente de maneira latente. Um livro da contista que é bem representativo nessa direção é **Olhos D’água** (2015). No decorrer das 116 páginas que compõem essa obra somos apresentados a variadas personagens vítimas da desigualdade social e da discriminação.

A violência que atravessa essa coletânea de contos atinge os corpos negros de mulheres, de crianças e de homens. Dentre esses corpos acha-se o de Maria, empregada doméstica, mãe de três filhos, mulher negra que é assassinada de forma brutal, sem direito à defesa, pelos ocupantes de um ônibus, após um assalto. Maria foi linchada por ser a única no transporte público que não tivera nada roubado, apenas por conhecer um dos assaltantes, que por acaso era pai de um de seus filhos:

Lincha! Lincha! Lincha! Maria punha sangue pela boca, pelo nariz e pelos ouvidos. A sacola havia arreventado e as frutas rolavam pelo chão. Será que os meninos iam gostar de melão?

Tudo foi tão rápido, tão breve, Maria tinha saudades de seu ex-homem. Por que estavam fazendo isto com ela? O homem havia segredado um abraço, um beijo, um carinho no filho. Ela precisava chegar em casa para transmitir o recado. Estavam todos armados com facas a laser que cortam até a vida. Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher estava todo dilacerado, todo pisoteado. (EVARISTO, 2015, p. 42).

As vozes narrativas encarregadas de contar os acontecimentos dessas histórias são diretas, como pode ser observado por meio do excerto transcrito acima. Mas, essas mesmas vozes se mostram complacentes, humanizam as personagens e recorrem quase sempre ao tom poético para dizer o que é quase inarrável. Produções literárias como as de Conceição Evaristo “além de encontrarem caminhos de ressarcir vozes secularmente inaudíveis [...] advertem equívocos analíticos da sociedade civil e Estado toda vez que a mulher é tomada de modo universal” (AKOTIRENE, 2019, p. 19).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo analisar o conto *Quantos filhos Natalina teve?* de Conceição Evaristo, a partir da perspectiva da interseccionalidade, temática mormente trabalhada por pensadoras negras.

2. NATALINA: ENTRE A VIOLÊNCIA E O ENTRECruzAMENTO INTERSECCIONAL DE RAÇA/COR, GÊNERO E CLASSE

Seguindo na mesma linha da maioria dos contos da autora de **Becos da memória** (2006), no que se refere à representação da exclusão social do sujeito feminino negro, *Quantos filhos Natalina teve?* se circunscreve a partir da relação da personagem protagonista com a maternidade, transitando pelas problemáticas inerentes às opressões da qual é vítima.

Detendo nossa atenção nas sutilezas e nos questionamentos presentes em tal narrativa, verifica-se que se trata de uma história emblemática que nos incita à reflexão acerca da condição das mulheres pretas e pobres em meio a uma sociedade racista e machista. É válido, ainda, destacar que os temas suscitados pela leitura desse escrito – maternidade, aborto, estupro – são cada vez mais urgentes, mas também, insurgentes. Procurando entender como são articuladas as intersecções raça/cor, classe e gênero na narrativa em questão, observa-se que esses marcadores sociais e identitários podem desvelar violências e diferentes modos de opressão que acometem o sujeito feminino negro em nossa sociedade.

No primeiro contato que se tem com o conto, o que nos chama atenção é a pergunta que consta como título da história: *Quantos filhos Natalina teve?* A resposta para a pergunta/título, de certa forma, insere-se logo entre as linhas iniciais:

“Natalina alisou carinhosamente a barriga, o filho pulou lá de dentro respondendo ao carinho. Ela sorriu feliz. Era sua quarta gravidez, e o seu primeiro filho. Só seu.” (EVARISTO, 2015, p. 43).

Quantos filhos Natalina teve? conta a história de Natalina, mulher, negra e pobre. No desenrolar da trama, as passagens da narrativa são inseridas através de *flashbacks*, fragmentos de lembranças da personagem protagonista. Nessa espécie de retrospectiva, os fios narrativos que entrelaçam e impulsionam os acontecimentos são as gestações de Natalina. Além das gravidezes, a narradora apresenta, no decurso do texto, outros pontos da vida da personagem, tais como: a convivência com a mãe, a relação pueril com seu primeiro namorado Bilico, as tentativas de aborto, o medo de Sá Praxedes de “comer” seu primeiro feto, a recusa do pedido de casamento de Tonho e a proposta de seus patrões para que tenha um filho para eles. Na parte final da história, ocorre uma mudança de perspectiva, Natalina é estuprada, assassina seu algoz e assume o fruto desse ato de violência.

Quanto aos aspectos formais, a história é narrada em terceira pessoa por uma narradora, ao que tudo indica, onisciente. Em apenas um momento da narrativa é utilizado discurso indireto livre para dar voz a uma das personagens: “– Ei, fulana, o troço desceu” (EVARISTO, 2015, p. 44). Nas demais partes do conto, a instância narrativa não adere ao uso das marcações de fala – aspas ou travessões –, pois insere a voz da personagem sobrepondo ao seu próprio ato narrativo, materializando a fala de Natalina e de sua vivência enquanto mulher preta e pobre na própria articulação da diegese. Cogita-se que a personagem não tem sua voz materializada no texto de maneira direta porque é subalterna. E, como tal, sua voz não pode ser ouvida, visto que “[...] se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 85).

Ao analisar a personagem Natalina, verifica-se que ela é moldada de uma maneira distante dos estereótipos que tão comumente são alocados à figura da mulher negra em nossa literatura. Conforme salienta Florentina Souza (2017), na literatura brasileira, recorrentemente, a mulher negra foi retratada de maneira estereotipada, ora seu corpo era erotizado e estéril, ora folclorizado, visto apenas como artefato de consumo e de objeto de prazer do homem branco, evidenciando assim:

[...] uma percepção do corpo da mulher negra como este objeto de prazer sem culpa para homens brancos, do prazer primitivo, prazer livre das amarras da tradição judaico-cristã no qual a mulher negra figura apenas como objeto de consumo e de satisfação do homem [...] Das índias às africanas e afrodescendentes foram assim representadas e assim “consumidas” por uma tradição patriarcal, sexista e racista (SOUZA, 2017, p. 283).

Por vias contrárias, Conceição Evaristo representa a mulher negra de forma múltipla e procura romper com essa visão estereotipada e preconceituosa. Natalina, por exemplo, mesmo com todos os percalços da vida, é uma personagem construída com uma certa autonomia, tem sentimentos, mostra-se dona de seu próprio corpo e

de seus desejos: “Ela não queria ficar com ninguém. Não queria família alguma. Não queria filho” (EVARISTO, 2015, p. 46).

Dessa maneira, Evaristo procura auxiliar o processo de descolonização, já que a mulher foi colonizada em uma condição dupla de opressão, sendo condicionada, dessa forma, “à prostituição ou a objeto sexual. Na literatura, muitos são os romances que representam, através de suas personagens femininas, essa situação [...] O objetivo dos discursos pós-coloniais [...], nesse sentido é a integração da mulher marginalizada à sociedade” (BONNICI, 2009, p. 266). Assim, escrever “é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor ‘validada/o’ e ‘legitimada/o’ e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada (KILOMBA, 2019, p. 28). Entende-se, portanto, que Conceição Evaristo busca essa integração da mulher negra, na sociedade, por meio do ato da escrita e, por meio da escrevivência, (re)escreve a sua história e a de seus iguais.

Em *Quantos filhos Natalina teve?* veicula-se um discurso contrário ao que se tem socialmente sobre a maternidade, que comumente é idealizado. Natalina se afasta desse ideal. Para ela, ser mãe não é algo positivo, pois os filhos sempre a deixaria em dívida com alguém, além do período gestacional não ser nada agradável: “As barrigas ela odiara. Não aguentava se ver estufando, pesada, inchada e aquele troço, aquela coisa mexendo dentro dela. Ficava com o coração cheio de ódio. Enjoava e vomitava muito durante quase toda gravidez” (EVARISTO, 2015, p. 43).

Quando Natalina engravidou, pela primeira vez, era apenas uma menina com seus quase quatorze anos. Tudo aconteceu na descoberta dos prazeres do corpo com Bilico, com quem “[...] brincava quase todas as noites [...] quando deu fé, o jogo prazeroso brincou de pique-esconde lá dentro de sua barriga” (EVARISTO, 2015, p. 44). A mãe da personagem, quando descobre, tenta impedir a continuidade da gestação com o uso de “certos chás” que induzem ao aborto, uma vez que não tinham estrutura para sustentar mais uma pessoa, dada a condição difícil em que viviam, entretanto, as tentativas foram vãs:

A menina estava começando a ficar desesperada. Tomava os chás e não resolvia. Um dia a mãe perguntou-lhe como estava indo tudo. Ela não respondeu. A mãe entendeu a resposta muda da filha. Agora ela mesma é quem ia preparar os chás. Como haveria de criar mais uma criança? O que fazer quando o filho da menina nascesse? Na casa já havia tanta gente! Ela, o marido e sete crianças. E agora teria o filho da filha? Ia tentar mais um pouco de beberagens, se não desse certo, levaria a menina a Sá Praxedes. A velha parteira cobraria um pouco, mas ficariam livres de tudo. Natalina segurou o temor em silêncio. Sá Praxedes, não! Ela morria de medo da velha (EVARISTO, 2015, p. 44)

Ao saber que a mãe estava planejando levá-la a Sá Praxedes, parteira que morava na vizinhança e realizava abortos clandestinos, Natalina foge. E, certo dia “junto com outra menina-mulher que também esperava um filho, tomou um trem para mais longe ainda. E respirou aliviada. Sá Praxedes não a pegaria nunca”

(EVARISTO, 2015, p. 45). A “menina-mulher” tem o filho distante de casa e de sua família. Mas sem ter meios de cuidar da criança, a deixa logo após o parto: “Uma enfermeira quis o menino. A menina-mãe saiu leve e vazia do hospital. E era como se ela tivesse ganho uma boneca que não desejasse e cedesse o brinquedo para alguém que quisesse” (EVARISTO, 2015, p. 45-46).

A situação que promove todo o mote da primeira gravidez da personagem desvela que os marcadores social e de classe influenciam diretamente na opressão sofrida, por ela, naquele momento, pois nem sempre essa opressão advém diretamente de um outro indivíduo, mas sim pela omissão do Estado. Orientada pela mãe, Natalina tenta interromper a gestação com procedimentos mais acessíveis, como o uso de chás, mas recusa ir até a parteira, em parte por medo, e porque sabia de algumas histórias sobre o que essa mulher fazia. Sabe-se que no Brasil, fora alguns casos autorizados por lei, realizar aborto é ilegal, no entanto essa prática clandestina, como retratada no conto de Evaristo, é recorrente. Contudo, como sinaliza Ribeiro (2018, p.73), “[...] mulheres de classe privilegiada pagam por procedimentos seguros, enquanto as pobres, em sua maioria negras, ou ficam com danos graves à saúde e morrem ou são vítimas do desespero. É necessário debater a omissão e a ilegalidade do Estado”.

Assim, como Natalina, a grande maioria das mulheres negras em nosso país vive em situação de pobreza, e este fator colabora ainda mais para uma marginalização destas mulheres. Elas são a parcela da sociedade que mais têm suas necessidades básicas (quase sempre) negadas, tais como, o direito à saúde, à educação de qualidade, à segurança, à proteção à infância e à maternidade. Nesse aspecto, geralmente o marcador social classe se interliga diretamente à raça e, conforme percebe Akotirene (2019, p.30), a “interseccionalidade revela o que classe pode se dizer de raça, da mesma forma que raça informa sobre classe”.

Uma transgressão do paradigma socialmente construído, acerca da condição feminina, em relação ao casamento, acontece durante a segunda gestação de Natalina. Agora, em um relacionamento com um rapaz chamado Tonho, mesmo com todos os cuidados de prevenção, ela se descobre novamente grávida. Quando o pai da criança descobre a gravidez fica feliz e propõe se casar com a moça. No entanto, ela recusa tanto a proposta de casamento quanto o filho, pois não desejava nem uma coisa nem outra, queria continuar gozando de sua liberdade:

Quando Toinzinho nasceu, ela e Tonho já haviam acertado tudo. Ela gostava dele, mas não queria ficar morando com ele. Tonho chorou muito e voltou para a terra dele, sem nunca entender a recusa de Natalina diante do que ele julgava ser o modo de uma mulher ser feliz. Uma casa, um homem, um filho... Voltou levando consigo o filho que Natalina não quis (EVARISTO, 2015, p. 46).

Com essa decisão Natalina rompe com a ideia machista de que a mulher para ser feliz necessita de estar casada e ter filhos. Sobre essa escolha da personagem, são pertinentes as considerações feitas por Mirian Cristina dos Santos (2018). Em sua análise do mesmo conto, a pesquisadora recorre aos trabalhos de Simone de Beauvoir e nos revela o seguinte:

Acerca desse ideal de felicidade da mulher, a contribuição dos estudos de Beauvoir (1990) é de suma importância: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade” (BEAUVOIR, 1990, p. 09). A constatação da formação da mulher a partir da construção cultural e não de dados biológicos fomenta reflexões, uma vez, que ao atentar para a feminilidade enquanto um aprendizado constante, o questionamento de um ideal de formação de família, enquanto sinônimo de felicidade da mulher, torna-se coerente. Dessa forma, Natalina, ao abdicar da família, destrona “mito de feminilidade” (Cf. BEAUVOIR, 1990) permeado pela maternidade, imposta às mulheres. Assim, a vergonha pelas gravidezes parece fazer sentido, já que, para essa interpretação, o modelo de família patriarcal vigente frustra expectativas (SANTOS, 2018, p. 108-109).

Na terceira gravidez Natalina “sabia de tudo que ia acontecer”, já que, diferentemente das outras duas, esta havia sido planejada, não por ela, mas pelo casal para quem trabalhava como doméstica:

Um dia, enquanto divagava em seus sonhos de pretensa dona, o telefone tocou. Era a patroa que ligava do estrangeiro, em prantos, lhe pedia ajuda. Ela queria e precisava de um filho. Só Natalina poderia ajudá-la [...] ouviu e entendeu tudo. A mulher queria um filho e não conseguia. Estava desesperada e envergonhada por isso. Ela e o marido já haviam conversado. Era só a empregada fazer um filho para o patrão. Elas se pareciam um pouco. Natalina só tinha um tom de pele mais negro (EVARISTO, 2015, p. 47).

Ela aceita a “proposta” e se deita com o patrão inúmeras vezes até que “[...] um dia as regras de Natalina não desceram”, fizeram o exame e ela estava grávida. Essa foi a pior gestação da personagem, os enjoos eram constantes e sentia “vergonha de si mesma e deles”. E, “[...] um dia a criança nasceu fraca e bela. Sobreviveu. Os pais choravam aflitos. Natalina quase morreu. Tinha os seios vazios, nenhum vestígio de leite para amamentar o filho da outra. Para o seu próprio alívio foi esquecida pelos dois” (EVARISTO, 2015, p. 48).

Ao ceder seu útero para gerar um filho para outra mulher e se deitar com seu patrão para concretizar essa tarefa, vê-se que a personagem, mesmo que não perceba, está sendo explorada e oprimida em sua condição de subalternidade enquanto empregada doméstica, mulher, pobre e preta. Opressão como essa que Natalina sofre pode ser encarada como uma das muitas formas de atuação do “padrão colonial moderno”, que, consoante Akotirene (2019, p.35), contribui para o atropelamento de mulheres negras nas avenidas identitárias e é “o responsável pela promoção dos racismos e sexismos institucionais contra identidades produzidas

durante a interação das estruturas” de poder. Esse padrão colonial moderno ganha mais força quando aliado à dominação masculina.

Grande parte das violências que acomete Natalina são influenciadas tanto pelas avenidas identitárias nas quais transita, quanto pela dominação masculina que reside em todas as instâncias sociais. Sobre esse assunto, é válido levar em consideração os apontamentos de Pierre Bourdieu em **A dominação masculina** (2012). Essa dominação, segundo o sociólogo francês, tem em sua origem no patriarcalismo que impregnou a ideia de que o homem é superior a mulher, e, portanto, esta devia ser subserviente a ele. Durante muito tempo, esse sistema foi imposto e fez com que o sujeito feminino encarasse essa situação com naturalidade. Essa “natural” aceitação da mulher, segundo Bourdieu, na realidade, é circundada pelo que chama de violência simbólica, violência essa que não é sentida e nem vista pelas vítimas. Desse modo, para Bourdieu:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2012, p. 47).

Em um texto em que discorre acerca de *Gênero e violência na literatura afro-brasileira* Constância Lima Duarte, ao tratar sobre a violência simbólica da qual fala Bourdieu, aponta o seguinte:

Nunca concordei inteiramente com a afirmação de Bourdieu, de que a violência simbólica se ‘constrói através de um poder não nomeado’, que ‘dissimula as relações de força’. Ora, tal poder tem nome, e ele é machismo. E as relações de poder, do macho sobre a fêmea, estão bem visíveis nas relações sociais de gênero. Também questiono sua explicação simplista de que a dominação masculina se perpetua porque as mulheres naturalmente a aceitam. Ao invés de buscar a explicação da conduta agressiva no próprio agressor, e o porquê das categorias sociais estarem tão assimiladas ao masculino, parece mais fácil vitimizar, mais uma vez, a vítima (DUARTE, 2010, p. 229).

Concorda-se com Duarte quando se posiciona contrariamente à ideia de Bourdieu, – que afirma que o poder pela qual a violência simbólica é construída não

possui nome – quando diz que tal poder se chama machismo. Acrescenta-se ao comentário da autora que esse poder, quando atinge mulheres negras, como Natalina, se intensifica, pois alia-se ao racismo e faz com que a dominação masculina seja ainda mais potente, já que “a questão da mulher parece ser a mais problemática nesse contexto [...] se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras” (SPIVAK, 2010, p. 110). Assim, a personagem, como inúmeras mulheres negras, é triplamente oprimida. Dessa maneira, cabe ainda pontuar que a violência simbólica contribui para a dificuldade de identificar a “discriminação interseccional”, pois assim como ela, esta parece ser “um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural), é, muitas vezes, invisível” (CRENSHAW, 2002, p. 176).

As violências que atingem Natalina não se limitam apenas ao campo da violência simbólica. A sua última e quarta gestação acontece por intermédio de um estupro. Nesta gravidez, no entanto, ela não estava em dívida com ninguém, como na primeira que “devia o prazer da descoberta ao iniciar-se mulher, como tinha sido nos encontros com Bilico”, na segunda que era “devedora diante da inteireza de Tonho” que esperava “que ela fosse viver com ele dias contínuos de um casal que acredita ser feliz”, ou na terceira em que “se tornou depositária de um filho alheio” (EVARISTO, 2015, p. 48-49). Em virtude disto, contrariamente do que se espera, é a gravidez mais desejada por ela.

Os fatos da noite em que a violência sexual ocorre são rememorados pela personagem com certo esforço. Tudo inicia quando, em uma dada noite, dois homens entram em seu “barraco” e a dominam “com força” indagando pelo seu irmão, mas Natalina não tinha nenhum irmão, “saíra de casa anos atrás, deixara a mãe, o pai e as seis irmãs”, mesmo assim eles continuam a insistir, ameaçam-na “dizendo que era pior e que não adiantava ela não dizer a verdade” (EVARISTO, 2015, p. 49). Eles amarram as mãos, vendam os olhos de Natalina e a levam de carro por um trajeto que ela, posteriormente, não consegue lembrar. Algumas vezes, o que ia no banco de trás fazia “um carinho” em suas pernas, ela sentia medo, “pavor”. Em um dado momento, este que estava ao seu lado, desce do carro e deseja ao outro que dirigia “bom proveito”. Tempo depois, ele para o carro, desce e, de forma violenta, puxa Natalina para fora:

[...] jogou-a no chão; depois desamarrou suas mãos e ordenou que lhe fizesse carinho. Natalina, entre o ódio e o pavor, obedecia a tudo. Na hora, quase do gozo, o homem arrancou a venda dos olhos dela. Ela tremia, seu corpo, sua cabeça estavam como se fosse arrebentar de dor. A noite escura não permitia que divisasse o rosto do homem. Ele gozou feito cavalo enfurecido em cima dela (EVARISTO, 2015, p. 50).

Ao término da consumação da violência sexual, acontece algo inesperado, tem-se uma reviravolta na história e o leitor é surpreendido, pois Natalina reage e assassina seu agressor: “[...] depois tombou sonolento ao lado. Foi quando, ao consertar o corpo para se afastar dele, ela esbarrou em algo no chão. Pressentiu que

era a arma dele. O movimento foi rápido. O tiro foi certo e tão próximo que Natalina pensou estar se matando também” (EVARISTO, 2015, p. 50).

A personagem foge após se vingar do seu algoz, não conta nada para ninguém sobre o ocorrido e não procura ajuda: “A quem dizer? O que fazer? Só que guardou mais do que o ódio, a vergonha, o pavor, a dor de ter sido violentada” (EVARISTO, 2015, p. 50). Com tais questionamentos, ao que parece, Conceição Evaristo chama atenção e denuncia o descrédito que é dado para as queixas de mulheres negras quando procuram as instâncias policiais/governamentais para realizarem denúncias dos abusos e violências que são praticadas contra elas. Percebe-se que grande parte desse descrédito das entidades públicas é intensificado por conta dos arquétipos atribuídos à figura do sujeito feminino negro, visto que “[a] propaganda contra as mulheres pobres e racializadas pode não apenas torná-las alvo da violência sexual, mas também pode contribuir para a tendência [...] de duvidar da honestidade das que procuram pela proteção das autoridades” (CRENSHAW, 2002, p. 178). Assim, conforme elucida Akotirene:

Além da violência atravessar as raças, classes e gerações, as queixas das mulheres negras sofrem estigmatização pelos aparelhos do Estado, devido às mulheres negras serem moradoras de espaços considerados perigosos, identificados como pontos de tráfico de drogas pelas mídias televisivas. O machismo, além disto, propicia aos agressores de mulheres, delegados, juízes e ativistas de direitos humanos, o encontro de iguais, porque a polícia que mata os homens no espaço público é a mesma que deixa as mulheres morrerem dentro de suas casas – o desprestígio das lágrimas de mulheres negras invalida o pedido de socorro político, epistemológico e policial (AKOTIRENE, 2019, p. 40).

Nessa acepção, acredita-se que os estudos acerca da violência contra o sujeito feminino negro carecem de ser elaborados levando em consideração as intersecções raça, gênero e classe de maneira intrínseca, dado que não tem como combater uma opressão e sustentar outra. Faz-se necessário, ainda, ratificar que o racismo estrutural é um dos motores que mantém as violências e as relações de poder que retiram a dignidade de determinados sujeitos e de determinadas sujeitas.

Natalina, meses depois de ter sido estuprada, descobre que espera um filho. Filho este, diferente dos demais, agora só seu: “Estava feliz e só consigo mesma” e “bem recentemente, saíra de outra cidade fugindo do comparsa de um homem que ela havia matado [...] Brevemente iria parir um filho. Um filho que fora concebido nos frágeis limites da vida e da morte” (EVARISTO, 2015, p. 50). Logo, a personagem transforma a situação e a nova gestação como uma oportunidade de recomeço.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a leitura de *Quantos filhos Natalina teve?* de Conceição Evaristo, por meio da abordagem interseccional, procuramos demonstrar como a personagem protagonista da narrativa está situada no entrecruzamento das avenidas identitárias de raça, gênero e classe, e a maneira como ela é acidentada nessas vias, seja quando seus patrões aproveitam de sua condição de empregada doméstica e a fazem gerar um filho para eles, ou quando Natalina é violentada sexualmente, por exemplo.

Nesse sentido, pensar de maneira interseccional no que tange a situação das mulheres negras é ir além da categoria gênero, pois como já reclamado pelo feminismo negro, apenas essa categoria não é suficiente para abarcar todas as demandas que tal grupo necessita. “Além disso, o arcabouço teórico e crítico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas também sobre o modelo de sociedade que queremos” (RIBEIRO, 2018, p. 106). Urge considerarmos a interseccionalidade como um método teórico-metodológico, como propõe Akotirene, para que sejam ampliadas as políticas públicas, para que dessa forma as vulnerabilidades sejam identificadas e as opressões que recaem sobre as minorias sociais sejam diminuídas:

A importância de desenvolver uma perspectiva que revele e analise a discriminação interseccional reside não apenas no valor das descrições mais precisas sobre as experiências vividas por mulheres racializadas, mas também no fato de que intervenções baseadas em compreensões parciais e por vezes distorcidas das condições das mulheres são, muito provavelmente, ineficientes e talvez até contraproducentes. Somente através de um exame mais detalhado das dinâmicas variáveis que formam a subordinação de mulheres racialmente marcadas pode-se desenvolver intervenções e proteções mais eficazes (CRENSHAW, 2002, p. 176).

Dessa forma, a abordagem interseccional tem se mostrado um espaço profícuo para se (re)pensar os eixos estruturais produtores de subordinação, diferenças e desigualdades, procurando buscar o fortalecimento de políticas públicas que visam auxiliar não somente as mulheres negras em situação de vulnerabilidade, mas também minorias sociais no que se refere à garantia de direitos basilares do viver – alimentação, moradia, saúde, segurança – a estas parcelas da população que são cotidianamente oprimidas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALZANDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: **Revista Estudos Feministas**. N° 1, vol.8, 2000.

- BONNICI, Thomas; OSANA, Lúcia. **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: EDUEM, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CERQUEIRA, Daniel. et al. **Atlas da violência 2020**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Brasília, 2020.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1, 2002, p.171-188.
- DUARTE, Constância Lima. Gênero e violência na literatura afro-brasileira. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio; DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis (Orgs.). **Falas do outro: literatura, gênero, etnicidade**. Belo Horizonte: Nandyala; NEIA, 2010. p. 229-234.
- EVARISTO, Conceição. Quantos filhos Natalina Teve? In: EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.
- EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In. DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado; LOPES, Goya. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- KILOMBRA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SANTOS, Mirian Cristina dos. **Intelectuais negras: prosa negro-brasileira contemporânea**. 2018. 180 f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6717/1/miriancristinadossantos.pdf>> Acesso em 12 de junho de 2021.
- SOUZA, Florentina. Gênero e raça na literatura brasileira. In: DALCASTAGNÈ, Regina; EBLE, Laetícia Jensen. **Literatura e exclusão**. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 281 – 290).
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Para citar este artigo

GUIDA, W. R. de A.; SANTOS JÚNIOR, J. R. dos. “Nos frágeis limites da vida e da morte”: uma leitura interseccional de “Quantos filhos Natalina teve?”, de Conceição Evaristo. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 10, n. 6, 2021, p. 63-78.

Os autores

WELLINTON RAFAEL DE ARAÚJO GUIDA é graduação em Letras pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (2019). Mestrando em Letras no Programa de Pós-Graduação em Letras (POSLET) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

JOSÉ ROSA DOS SANTOS JÚNIOR é doutor em Literatura pela Universidade Federal da Bahia. Professor de Língua Portuguesa e Literaturas em Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA / Campus Marabá Industrial. Professor Permanente do Programa de Pós - Graduação em Letras (POSLET) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).